



# Prefeitura de Aracati

## Fazendo Muito Mais

LEI N.º458/2012.

### DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACATI, no uso de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, submete a apreciação, discussão e votação da Câmara Municipal de Aracati, o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Nos termos do artigo 241, da Constituição Federal da República, e do disposto nas Leis Federais 11.107, de 06 de abril de 2005, e 11.445, de 05 de janeiro de 2007, fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado, ou consórcio público intermunicipal, com vistas à delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por qualquer das formas admitidas no ordenamento jurídico, seja diretamente ao próprio Estado ou à sua Administração Indireta, ou à terceiros, através de concessão ou permissão, ou, ainda, através de delegação à pessoas jurídicas sem fins lucrativos, nas localidades de pequeno porte, assim definida no inciso VIII, do artigo 3º, da Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º. Os termos do Convênio ou do Consórcio e da delegação compreenderão todas as fases da exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, desde o momento que antecede à contratação, assim considerados os atos necessários à estruturação do modelo legal, técnico e econômico, até a extinção do instrumento jurídico de transferência dos serviços, aí se incluindo a regulação e a fixação de tarifas, bem como seu reajuste e revisão.

§ 2º. Na hipótese de consórcio seja ele de personalidade jurídica de direito público ou privado, mas cujo objetivo esteja compreendido no caput do artigo 1º desta lei, fica dispensada a ratificação do protocolo de intenções, transformando-se em contrato, logo após o preenchimento dos requisitos da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005.

§ 3º. Qualquer que seja a modalidade de exploração do serviço público de saneamento básico, mais especialmente, na exploração do serviço público de saneamento básico em localidades de pequeno porte, caberá ao município colaborar no fortalecimento do associativismo local e no desenvolvimento das ações de educação sanitária e ambiental, colocando a disposição destas ações a rede municipal de ensino e saúde pública das comunidades beneficiadas.

**Art. 2º.** Havendo viabilidade econômica, a exploração do sistema far-se-á por meio de concessão ou permissão a terceiros, precedida do competente processo licitatório.

**Parágrafo único** - Em existindo concessão ou contrato programa vigente e celebrado com a CAGECE, fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar aos aludidos contratos esses novos sistemas, considerados

Rua Santos Dumont, 1146 – Farias Brito  
CEP: 62.800-000 – Aracati-CE  
CNPJ: 07.684.756/0001-46  
Fone/Fax: (88) 3421-2789/2796





# Prefeitura de Aracati

## Fazendo Muito Mais

viáveis economicamente, passando a fazer parte do contrato de concessão ou programa, até sua respectiva extinção.

**Art. 3º.** Provada a ausência de viabilidade econômica e a impossibilidade de competição, a exploração do sistema poderá ser feita pelo Estado ou por sua Administração Indireta, como também por sociedades civis sem fins lucrativos, mediante a celebração de instrumentos jurídicos próprios, inclusive convênios ou contratos programa, especialmente na localidade de pequeno porte, na forma da alínea b, do inciso I, do § 1º, do artigo 10, da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

**Parágrafo Único** – Constatado o crescimento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, operados na forma do caput desse artigo, deverá o Estado promover o estudo e os atos necessários à concessão ou permissão dos serviços isoladamente ou através de acréscimo às concessões já existentes, observadas as seguintes premissas:

- a) A transferência não poderá afetar o equilíbrio econômico das sociedades civis sem fins lucrativos, que prestem o serviço em localidade de pequeno porte, apurado em função do conjunto de sistemas por ela operados e a incidência de subsídios cruzados;
- b) O novo concessionário deverá indenizar o Poder Público ou a Sociedade Civil sem fins lucrativos, pelos investimentos realizados e eventualmente não amortizados;
- c) A retirada do sistema operado em regime de gestão associada, onde a prestação seja regularizada, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos em curso, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, garantindo – se o direito de regresso da Sociedade sem fins lucrativos ou do Estado ou dos demais Municípios que permaneceram sob o regime de gestão associada;

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI**, aos sete dias do mês de dezembro de do ano de dois mil e doze.

  
**EXPEDITO FERREIRA DA COSTA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE ARACATI**

